

**ATA N.º 8/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014.** -----

Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). Foi justificada a ausência do sr. Vereador Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) por motivos de saúde. -----

Esteve ainda presente, secretariando a reunião, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira -----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram quinze horas e cinquenta minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 15 de abril de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 241.731,08. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Não havendo atas para aprovar, o sr. Presidente da Câmara iniciou este período, com a apresentação e leitura de um voto de pesar a Fernando Manuel Pereira, falecido no dia 15 de Abril de 2014, com 69 anos, solicitando que este voto fosse assumido como de todo o Executivo Municipal. -----

----- Na continuação do uso da palavra o sr. Presidente da Câmara abordou o assunto trazido na última reunião de Câmara pelo sr. Vereador Francisco Cunha e que tem a ver com alguns aspetos ligados ao Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, tendo na altura o sr. vereador questionado a falta de transferências de verbas para o Legado e afirmou que o Legado materialmente teria desaparecido do Património da Câmara Municipal de Alpiarça. O sr. Presidente da Câmara acrescentou que com ele e com o seu Executivo não desaparecia património municipal e está convencido que com anteriores executivos do PS também não teria desaparecido património. Houve sim durante esses executivos do PS, algumas alterações ao Legado Eng.º Álvaro da Silva e de facto esse

património existe, está registado em nome da Câmara Municipal de Alpiarça, mas não está afeto a esse Legado. Daí que tenha feito um pedido aos serviços que lhe fizessem uma informação datada de 16 de Abril, que passou a ler: -----

“1 – Em Março de 1939, fez testamento o Eng.º Álvaro da Silva Simões tendo instituído legado a favor da Câmara Municipal de Alpiarça, transmitiu-lhe a propriedade dos seguintes: -----

a) “*O casal do Carvalhal, com todos os seus fôros (sub-enfiteuses), e as propriedades anexas ditas do Telheiro e Cardigo*”; -----

b) “*O meu prazo da Rua José Relvas, nesta vila, e do qual é rendeiro Manuel José Coutinho e sub-rendeiro Adelino L. Martins*”; -----

c) “*as minhas duas vinhas das Cardeiras sitas no Campo desta vila*”. -----

2 – Por consulta aos elementos que nos foram disponibilizados pelos serviços da autarquia, o legado em causa seria composto pelos seguintes: -----

a) Prédio urbano sito na Rua José Relvas onde funcionaram os seguintes estabelecimentos comerciais (mediante contratos de arrendamento): “Pinhão & Pinhão, Lda.” e antiga “Casa Garriapa”; -----

b) Propriedades agrícolas: -----

Telheiro – 3 talhos de terra; -----

Cardeira de Cima; -----

Cardeira de Baixo; -----

Vale da Cigana; -----

3 – No entanto, o Legado em causa encontra-se hoje “desfalcado” de duas dessas propriedades: o prédio urbano sito na Rua José Relvas e um prédio rústico designado Vale da Cigana. -----

4 – De acordo com o que os serviços nos transmitiram, o referido prédio urbano do Legado terá sido integrado no projeto de reordenamento urbanístico do Centro Cívico – é possível afirmá-lo com base nos estabelecimentos comerciais de que há notícia existirem nesse prédio urbano. Assim, as rendas que os mesmos produzissem a favor do Legado, perderam-se não tendo sido substituídas por outros rendimentos. -----

5 - O problema do “esvaziamento” parcial do legado do Eng. Álvaro Simões foi ainda causado pela permuta celebrada em 30 de Setembro de 2009, em final de mandato, de prédios entre a CMA e a Agroalpiarça, por meio dos quais a autarquia cedeu 2 prédios sitos em Capitão Mor (artigos 9 – 88.800,00€ - e 10 – 64.920,00€ - da Secção 12) e um sito no Vale da Cigana (artigo 124 da Secção 32 – 273.240,00€) e recebeu da Cooperativa 2 prédios sitos em Quinta de São João (artigo 12 da Secção 25 – 225.000,00€ - e artigo 1 da Secção 26 – 12.740,00€) e um sito em Alqueve (artigo 29 da Secção 26 – 189.360,00€). -----

6 - Pelo facto da escritura de permuta não ter estabelecido nenhuma correspectividade ou sinalagma entre os prédios permutados, por um lado, e pelo facto de todos os 6 prédios em causa na permuta apresentarem valores díspares, o que não ajudaria a eleger um novo prédio para assumir, no Legado em causa, o lugar do prédio sito no vale da Cigana, verificou-se a retirada desse prédio do património afeto ao Legado, prejudicando os rendimentos do mesmo.”

O sr. Presidente da Câmara disse que esta era a situação atual sobre o Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões e leu um memorando que cronologicamente abarca o período de Abril de 2008 e Setembro de 2009 que acaba por dar origem a esta permuta: -----

“Em 11 de Abril de 2008, a direção da Agroalpiarça, representada pelo seu presidente José Carlos Viegas Ferreirinha, também vereador nesta câmara eleito pelo PS, apresentou um documento de proposta de permuta de terrenos de forma a que a Agroalpiarça pudesse satisfazer os seus compromissos junto de entidades bancárias e proceder a alienação de património. Em 18 de Abril de 2008 foi presente em reunião de câmara a proposta de permuta de terrenos composto

pelos seguintes prédios da Agroalpiarça: Alqueve, Quinta de S. João I e Quinta de S. João II, e os prédios da câmara que por permuta passaram para a posse da Agroalpiarça: os dois prédios do Capitão-Mor e o prédio do Vale da Cigana. Ora sabemos nós que na sequência desta permuta, a Agroalpiarça vendeu os dois terrenos denominados Capitão-Mor, sendo o terreno do Vale da Cigana hipotecado ao Banco Espírito Santo. Os terrenos que por via desta permuta passaram para a Câmara, fazem parte integrante do património desta câmara e estão devidamente registados e estão a ser explorados pela cooperativa Agroalpiarça. Nessa reunião de Câmara de 18 de Abril de 2008, presidida por Joaquim Luís Rosa do Céu, estiveram presentes os vereadores José Carlos Ferreirinha e Vanda Nunes, que com o presidente da câmara formavam a maioria PS, e Mário Pereira e Mário Peixinho vereadores da CDU. Nesta dita reunião foi então aprovada a permuta com os votos favoráveis da maioria e com a abstenção dos vereadores da CDU, Mário Pereira e Mário Peixinho. Este assunto esteve presente na Assembleia Municipal seguinte em 29 de Abril de 2008, tendo a proposta de permuta sido aprovada pela maioria PS, a abstenção da bancada da CDU e o voto contra do deputado João de Brito. Em 23 de Outubro de 2008 em virtude do terreno do Vale da Cigana não se encontrar registado foi feita uma escritura de justificação, em 15 de Dezembro de 2008 foi publicitada essa escritura, e em 22 de Janeiro de 2009, sendo já presidente da Câmara Vanda Nunes, foi feito o registo definitivo a favor do município de Alpiarça, em 30 de Setembro de 2009 foi feita a escritura definitiva da permuta de terrenos”. -----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que da consulta a toda esta documentação há um aspeto relevante, que é o facto de não constar qualquer proposta dos prédios permutados serem afetados a qualquer legado, daí que com grande grau de certeza não haver a afetação das propriedades a qualquer legado. Concluiu dizendo que é esta a situação apurada e que entregou aos senhores vereadores os documentos respetivos. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que se associava completamente ao Voto de pesar pela morte de Fernando Manuel Pereira, que hoje foi a enterrar, e que apresentava as mais sentidas condolências à sua família e aos amigos. -----

----- O mesmo vereador, continuando no uso da palavra, disse que na prática, a afirmação que fez e que volta a fazer com todo o respeito é que desapareceu património do Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, e diz ter um documento elaborado pela autarquia, em que se pode verificar que em relação a este Legado só fala das rendas até 2007 e de 2007 para cá não há nada, e o Legado está a zeros, não existe. O sr. Vereador perguntou onde é que está o Legado o Eng.º Álvaro da Silva Simões e o seu rendimento dos últimos 10 anos e acrescentou que desde há 10 anos a Agroalpiarça não paga qualquer renda também do Legado José Relvas. O sr. Vereador disse que sabe que tem havido algumas transferências do município para a Fundação Relvas e perguntou de onde vem esse dinheiro, se o rendeiro não paga as rendas, poderá então

concluir-se, que é a câmara que suporta as transferências. Depois disse que gostaria de saber, mas não sabe, onde está o dinheiro destas rendas todas que não têm sido pagas ao administrador dos legados que é a Câmara Municipal de Alpiarça e que gostaria de saber também onde estão os 138.503,19€ do Legado Manuel Nunes Ferreira. -----

----- Continuando no uso da palavra, o sr. Vereador Francisco Cunha disse que tem vindo a pedir uma série de documentos que o sr. Presidente da Câmara não lhe tem fornecido, o sr. Vereador informou que seguiu o conselho do senhor sr. Presidente, e que a quem de direito, apresentou as suas reclamações para que lhe sejam dados os documentos solicitados. Depois apresentou e passou a ler um requerimento no qual solicita o acesso integral a todos os relatórios de gestão e contas da Agroalpiarça desde o ano 2002 até 2013, às atas da Assembleia Geral e Conselho Fiscal dos exercícios acima indicados, assim como uma cópia dos estatutos e cópias de todos os contratos de arrendamento onde a Agroalpiarça seja parte como arrendatária ou senhoria e discriminados todos os devedores e credores desta cooperativa, com saldos superiores a 1000 euros e eventuais ações judiciais em curso. -----

----- Mudando de assunto, o sr. Vereador Francisco Cunha informou que esteve presente numa apresentação da Agenda 2020, e considerou que se não houver investimento empresarial para que os nossos jovens possam ter emprego, qualquer dia ficam cá só os velhos. Depois referiu que já entregou várias propostas ao sr. Presidente e lamentou que elas não venham a reunião de câmara para serem discutidas, coisas que podem ser feitas com pouco dinheiro, mesmo que não sejam aprovadas. Continuando no uso da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha disse que como o munícipe que o ofendeu numa das últimas reuniões de câmara, não se retractou publicamente, e como não recebeu resposta da câmara sobre o pedido de apoio judicial, como é obrigatório por lei, para apresentar queixa contra o munícipe, o assunto seguirá os trâmites normais. Mais, agradeceu a entrega da informação sobre os processos judiciais que a câmara tem em curso e que irá analisar. Pediu que o senhor sr. Presidente lhe certificasse como verdadeira, uma conta corrente com a concessionária do parque de campismo, conta corrente essa que o sr. Vereador Francisco Cunha considera que foi fabricada e que não corresponde à realidade. Disse que dois munícipes o contactaram, um tem a ver com a situação do lote n.º 8, na zona

do depósito da água do Frade de Baixo, e que o sr. Presidente deve saber o que é, opinando o sr. Vereador que a Câmara deveria resolver a situação. A outra situação diz respeito ao pavilhão desportivo da Escola Secundária José Relvas, que alegadamente tem torneiras a entornar água há mais de dois meses e onde também faltará colocar um vidro no balneário feminino. Outra situação que preocupa muito o sr. Vereador Francisco Cunha e que disse já ter abordado mais do que uma vez em reuniões de Câmara, tem a ver com os bombeiros e sugeriu que quanto antes fosse nomeado o comandante efetivo, já que há um comandante interino há vários meses. O sr. Vereador Francisco Cunha finalizou a sua intervenção dizendo que nunca ofendeu aqui ninguém, que poderá dizer coisas que alguns não gostam de ouvir e também tem de ouvir coisas de que não gosta e lamentou que o PCP, o partido do sr. Presidente da Câmara tenha emitido um comunicado chamando-lhe desrespeitador, populista, profundamente anti-democrático e anti-comunista, e disse que seria bom passar para outro tipo de discurso, porque não se revê nestas acusações. -----

----- O sr. Presidente da Câmara procurando responder às várias questões postas pelo sr. Vereador Francisco Cunha, disse que em relação ao Legado Eng.º Álvaro da Silva Simões, e pelo que pode apurar, nem durante o seu mandato nem em mandatos anteriores, desapareceu qualquer património, o património existe e está registado em nome da Câmara Municipal de Alpiarça, o que se poderá discutir é porque é que não são transferidas verbas dos Legados para a Fundação Relvas, e a razão fundamental é que as propriedades não têm tido rendimentos, porque a Agroalpiarça não tem pago as rendas há vários anos e perguntou ao sr. Vereador Francisco Cunha se ele estaria na disposição de trazer a esta Câmara uma proposta concreta que resolva o problema económico-financeiro da Agroalpiarça. Por outro lado e no caso do Legado José Relvas, as verbas resultantes da exploração agrícola das propriedades destinam-se em primeiro lugar a fazer a manutenção, conservação e recuperação do Edifício da Casa dos Patudos e numa segunda linha a fazer face às despesas de um “asilo de velhos” e “lar para crianças desamparadas”, tal como está no Testamento de José Relvas. Ora sabendo-se os investimentos que este município ao longo de muitos anos tem vindo a fazer na recuperação da Casa José Relvas, e principalmente a partir de 2009, como é que é possível haver dinheiro para transferências, questionou o sr. Presidente da

Câmara. Depois disse ainda que em relação ao Legado Manuel Nunes Ferreira, que consta de prédios de habitação em que se prevê dentro de poucos anos um investimento de centenas de milhares de euros para manter os prédios em condições mínimas de habitabilidade, dinheiro que a câmara não possui, nem tem possibilidade de contrair empréstimos junto da banca, não há possibilidade de transferir qualquer verba. Lamentou que o sr. Vereador Francisco Cunha de uma forma politicamente pouco honesta, venha procurar atribuir responsabilidades que se arrastam há vários anos a um Executivo que está a tentar resolver os problemas e a criar um caso de alarme social, falando de desaparecimento de património. O sr. Presidente da Câmara frisou que com o seu Executivo não desaparece património, tenta-se é valorizá-lo. Quanto ao prazo de dez dias para responder aos requerimentos, o sr. Presidente da Câmara disse que nesta nova Lei 75/2013 é um prazo meramente indicativo, que está dependente de um conjunto de circunstâncias, e disse que irá continuar a disponibilizar informação à medida do que for possível. Acrescentou que ser-lhe-ão disponibilizados os documentos solicitados relativos à Agroalpiarça, salvaguardando os aspetos sigilosos, se os houver, tendo em conta que embora detida quase exclusivamente pela Câmara, a cooperativa não deixa de ser um organismo com identidade e autonomia próprias. Quanto às propostas apresentadas pelo sr. Vereador, o sr. Presidente da Câmara voltou a dizer, que tal como já informou o sr. Vereador anteriormente não adianta estar a trazer à discussão pública propostas que aumentem a despesa prevista no Orçamento Municipal, documento que se encontra aprovado pela Assembleia Municipal desde Dezembro de 2013. Relativamente ao requerimento aqui entregue pelo sr. Vereador na última reunião de Câmara, o sr. Presidente da Câmara disse que pediu parecer jurídico, que o está a analisar e brevemente disponibilizará a resposta ao sr. Vereador, que fará a seguir o que bem entender. Relativamente à conta corrente com a concessionária do Parque de Campismo, o sr. Presidente da Câmara disse que terá de ir indagar primeiro junto do sr. Vereador responsável pelo pelouro financeiro e depois junto da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a proveniência dessa conta corrente, uma vez que o sr. Vereador Francisco Cunha disse aqui que a conta corrente foi fabricada, alegando o sr. Presidente da Câmara, em defesa dos Serviços Municipais, que pode afirmar com toda a certeza que aquela documentação está

correta e não foi forjada, como dão a entender as palavras do sr. Vereador. Relativamente aos Bombeiros Municipais o sr. Presidente da Câmara disse que a situação dos Bombeiros é transversal à grande maioria dos corpos de bombeiros portugueses, porque se de um lado há bombeiros municipais e as câmaras municipais que os suportam, em grande dificuldade e numa situação de desigualdade pela negativa, por outro lado temos bombeiros voluntários em banca rota e temos bombeiros voluntários a fechar as portas. Quanto ao comandante, há um comandante que foi nomeado interinamente para substituir o anterior e a Câmara Municipal não está em condições de preencher o cargo de Comandante Operacional Municipal de acordo com todas as regras definidas em Lei, porque teríamos de obter o aval do Secretário de Estado da Administração Local e do Secretário Local da Administração Pública, que provavelmente não seria possível e afetar para esse posto uma verba considerável, dizendo que muito brevemente terá de solucionar esta questão que com quase toda a certeza passará pela nomeação definitiva do atual Comandante Interino. Ainda sobre os bombeiros informou que foram comprados equipamentos pessoais para os bombeiros e está para chegar uma VUCI - viatura urbana de combate a incêndios, adquirida com auxílio dos fundos comunitários. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira sobre o Lote 8 do Frade de Baixo, disse que o que se passava com este lote é o que se passa com a generalidade dos lotes em Alpiarça, são os proprietários que têm de cuidar dos mesmos, a câmara anualmente contacta os proprietários que não o fazem e depois se os proprietários não limpam, é a câmara que tem de atuar, estando já resolvido este e outros casos na vila. Sobre as torneiras que estão a entornar água, informou que quando a câmara recebeu o e-mail do sr. Pedro Franco já a situação estava resolvida, quanto ao vidro do balneário feminino já se encontra substituído. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos informou que em relação à questão dos relatórios dos legados estarem a zero não significa que não haja património o que significa é que não houve entrada nem saída de verbas desse legado. O Vereador disse que há incorreções nos mapas, que disse ter admitido mais do que uma vez, informou que foi promovida uma reunião entre técnicos dos legados e técnicos da câmara no sentido de se uniformizar a forma de comunicar entre as duas entidades. Posteriormente na

última assembleia de contribuintes foi constituída uma comissão de acompanhamento dos legados, para que se possa fazer um avanço no tipo de informação que é produzida, já que é um historial de 30 ou 40 anos, e terão de ser analisadas todas as transformações que os legados sofreram aos longo dos anos. No mapa do legado Manuel Nunes Ferreira está referida a transferência de 20.000 euros para a Fundação, e saíram da conta dos legados e não das contas da Câmara. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou neste momento qual era o património do legado Álvaro da Silva Simões, tendo o sr. Presidente da Câmara respondido que neste momento não há afetação de propriedades a este legado. Explicou que uma parte do legado era composto pelas lojas arrendadas aos Pinhões e ao Garriapa e que foram demolidas ao tempo do então presidente de câmara Joaquim Rosa do Céu e que deram origem parte do parque de estacionamento subterrâneo e à fonte do Centro Cívico, e as outras propriedades rústicas foram permutadas com a Agroalpiarça, nomeadamente o Alqueve, 10,52^{ha} vinha nova, Quinta de S. João, 12,5^{ha} vinha nova, Quinta de S. João, 0,95^{ha} vinha com mais de 10 anos e que neste momento são propriedades que estão registadas em nome da câmara municipal de Alpiarça. Agora o que tem de ser feito pela câmara e pela assembleia municipal é a afetação de património ao Legado Álvaro da Silva Simões, que na altura da permuta, ao tempo da então presidente de câmara Vanda Nunes não foi feito. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha concluiu dizendo que enquanto não for afeto património ao legado quem sai prejudicada é a Fundação Relvas, que não recebe qualquer receita deste legado. -----

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS -----

Ponto 1 - Apreciação Parlamentar do PCP ao DL -45-2014, de 20 de Março (Aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral de Fomento). Grupo Parlamentar do PCP. Para conhecimento. -----

----- Foi dado conhecimento. -----

Ponto 2 - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 4/2014 da Secção de Compras – Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013 – Período de 01/01/2014 a 31/03/2014. Para conhecimento. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento do documento e pôs o ponto à discussão. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha chamou a atenção do sr. Presidente da Câmara para o volume de documentação que faz parte da ordem de trabalhos desta reunião de câmara e que essa documentação lhe foi entregue por duas vezes e já depois do prazo e que só a documentação relativa às Contas, são mais de 400 páginas, e que é impossível da sua parte fazer aqui uma discussão aprofundada sobre a matéria. Depois em relação ao ponto em discussão chamou a atenção para as despesas com manutenção das impressoras, principalmente o excesso de cópias no valor de 2250 euros, o que ultrapassa o gasto de mais de 5000 euros com impressoras. E perguntou de que se tratava a verba de 1968 euros paga à empresa Temos Talentos. O sr. Vereador João Arraiolos referiu que as verbas com gastas com impressoras inscritas nesta relação se trata da renovação anual dos contratos anuais de manutenção de todas as impressoras existentes nos serviços do município, que funcionam em regime de aluguer. A outra verba de 1968 euros paga à empresa Temos Talentos refere-se à execução de bandeiras e outdoors para as comemorações do Centenário do Concelho. Relativamente ao excesso de cópias a mais, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão, explicou que todos os contratos de manutenção preveem um determinado número de cópias, como geralmente se excede esse número de cópias, consoante os eventos levados a cabo pelo município, então no início do contrato há que prever uma verba para pagar essa despesa e calcular um valor para fazer o seu pagamento. O sr. Vereador Francisco Cunha pediu que na próxima reunião de câmara lhe fosse dada cópia desta fatura da firma Temos Talentos. -----

----- O sr. Presidente da Câmara informou que nunca, como agora, houve uma transparência tão grande na administração local, que vai até à intromissão nos assuntos de gestão corrente de qualquer autarquia, em que são tornadas públicas não só faturas a partir de certo montante, mas todas as faturas, nem que seja uma portagem de auto-estrada e concluiu dizendo que é o que está na Lei e temos de cumprir. -----

Ponto 3 - Município de Alpiarça - Apreciação, votação e aprovação da Prestação de Contas do ano 2013, Relatório de Gestão, Anexo do Relatório de Contas do PSF.

Relatório de execução anual de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas anexo ao Relatório de Contas. Remeter à Assembleia Municipal para apreciação. -----

----- O sr. Presidente da Câmara fez a apresentação dos documentos em apreço e e salientou que estão a ser cumpridos os objetivos definidos e que neste momento, e reportado ao dia 11 de Abril de 2014, foram abatidos dois milhões de euros em relação à dívida apurada em Abril de 2010, contrariamente à gestão anterior em que os executivos se endividavam à razão de um milhão de euros por ano, o que a acontecer levaria a que estivéssemos neste momento com uma dívida de dezassete milhões de euros. Por outro lado disse que o prazo de pagamento médio a fornecedores é de 39 dias quando antes em 2009 era de 218 dias. Quanto ao grau de execução orçamental atual disse situar-se nos 88,4%, porque temos um orçamento realista e disse que se tem vindo a baixar as despesas correntes e houve um aumento de investimento de 63%, em relação ao ano de 2012, pela inclusão da obra dos Patudos e da Praça do Município. Deixaria para o sr. Vereador João Arraiolos e para a sr.^a Chefe de Divisão, Dr.^a Maria do Céu Augusto alguma explicação que eventualmente venha a ser solicitada pelo sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha começou por dizer que a recuperação que o sr. Presidente da Câmara está a fazer se deve à aplicação de políticas que tanto condena, ou seja o Governo baixa os salários e com isso o sr. Presidente da Câmara poupa nas despesas com pessoal e consegue com isso baixar a dívida. Depois o sr. Vereador disse ter verificado que pelos documentos que lhe foram entregues que o endividamento total que em 2009 era de 13.139.082,00 euros e em 2010 passou para 12.945.000,00 euros e em 2011, em pleno mandato da CDU a autarquia atingiu o seu maior endividamento no valor de 14.093.000 euros, e depois é um facto que reduziu a dívida nos anos seguintes, porque o sr. Presidente da Câmara tem cá um PSF que o obriga, que acaba por ser uma TROIKA local. O sr. Vereador referiu que a Câmara de Alpiarça baixa dívida à custa de menor investimento e que devia fazer investimento produtivo. Depois disse que queria desmistificar a questão do IMI, porque mesmo com a taxa mínima de IMI, esta verba teve um aumento de 8%, que se saldou num aumento de cerca de 100.000 euros. Relativamente à Derrama o sr. Vereador disse que é

desprezível a Derrama cobrada, pelo que se devia ajudar as empresas que ainda vão resistindo. O sr. Vereador referiu que a dívida de curto prazo no mandato da CDU foi aumentada significativamente em cerca de 30% e que o sr. Presidente da Câmara deveria ter-se referido a isso na sua introdução. Depois relativamente ao IRS o sr. Vereador disse achar estranho que o valor da receita cobrada em 2012 de 169.422€ e em 2013 a receita ser exatamente igual. Criticou que em ano de eleições as seis viagens com idosos fossem realizadas em Setembro. Disse ainda que nem ia comentar o Relatório de execução anual de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, porque a maioria das recomendações a Câmara de Alpiarça, não executou nem cumpriu. Concluiu dizendo que não iria colocar mais qualquer questão sobre a documentação em análise, porque nem ele nem as pessoas que o acompanham tiveram tempo de analisar tudo. -----

----- O sr. Presidente da Câmara, começou por responder que as viagens com idosos se fizeram em Setembro, não por motivos eleitoristas, mas sim porque ao longo dos anos sempre se realizaram neste período. Relativamente ao aumento do endividamento em 2011, no seu primeiro mandato, o sr. Presidente da Câmara informou que houve de facto um aumento, pela incorporação do empréstimo de 6 milhões de euros do empréstimo referente ao PSF – Plano de Saneamento Financeiro, mas que a realidade é que se abateram dois milhões de euros à dívida que foi herdada do Executivo anterior e apurada em auditoria feita por uma empresa séria. O sr. Presidente da Câmara considerou que o abatimento de dívida não é transversal a todos os municípios e nem todos estão a consegui-lo e que Alpiarça está a consegui-lo porque em boa hora fez um Plano de Saneamento Financeiro, assim como outros municípios aderiram a outro tipo de ajudas para poderem pagar aos seus credores e até o município de Alpiarça, durante o mandato da sr.^a Presidente Vanda Nunes aderiu ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (*PREDE*) no valor de um milhão e oitocentos mil euros. Quanto ao IMI o sr. Presidente da Câmara disse que de facto as populações sofreram um brutal aumento do IMI, por culpa da reavaliação dos prédios urbanos imposta pelo governo, mas que o aumento de receitas não foi brutal para os cofres do município.

----- O sr. Vereador João Arraiolos explicou que houve uma diminuição de cerca de 101.000 euros nas despesas com pessoal, mas tivemos de entregar mais 100.000 à Segurança Social e não foi por aí que se reduziu o endividamento, além de que em 2009 tínhamos 199 trabalhadores e agora temos 169, temos menos 30 trabalhadores à custa de aposentação e falecimento de trabalhadores e à custa da não renovação de contratos de trabalho por imposição de políticas do governo, é natural que tenha diminuído algumas despesas com pessoal. Quanto ao endividamento subir e descer, o sr. Vereador considerou que é uma questão lógica, porque em 2008 o município ultrapassou o seu nível máximo de endividamento, portanto não nos poderíamos endividar mais a partir daí, mas havia e há que assegurar os bens essenciais, como a educação, a cultura e o desporto de entre outras e isso e a câmara tem tentado com muito menos verbas, garantir todas as necessidades básicas junto das populações. O sr. Vereador deu depois como exemplo que em 2009 as receitas de capital foram de 3.912.000 euros dos quais foram investidos apenas 2.764.000 euros enquanto em 2013 as receitas de capital foram de 1.761.000 euros e foram investidos 2.233.000 euros, ou seja investimos mais do que aquilo que recebemos. As oscilações do valor da dívida em relação à DGAL também têm a ver com o facto de só após a implementação do PSF, e da entrada de um empréstimo de cerca de 6 milhões de euros, houve a possibilidade de cabimentar documentos que não estavam registados e que vinham de mandatos anteriores, daí que se tenha verificado o aumento pontual da dívida total. Quanto ao valor do IRS ser exatamente o mesmo, o sr. Vereador João Arraiolos disse que tem a ver com o que está definido inicialmente em Decreto-Lei, sobre o valor que será transferido para as autarquias, e aqui não tem a ver com receita cobrada, mas com o valor que é definido para transferir, tal como a transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal, em que são definidas anualmente as verbas a transferir para as autarquias. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que não lhe tinham explicado porque é que o valor do IRS era exatamente igual em dois anos consecutivos. -----

----- A sr.ª Chefe de Divisão, dr.ª Maria do Céu Augusto, explicou ao sr. Vereador Francisco Cunha que as verbas de IRS a transferir para as autarquias são anualmente publicadas no Orçamento Geral do Estado, e que as verbas de IRS do O.G.E de 2013,

são exatamente iguais às verbas do O.G.E. de 2012. Finda a explicação quer do sr. Vereador João Arraiolos, quer da sr.ª Chefe de Divisão, o sr. Vereador Francisco Cunha informou que iria consultar o Orçamento de Estado para verificar a informação. -----

----- Finda a discussão o sr. Presidente da Câmara disse que iria pôr o ponto à votação, para depois de votado ser remetido à Assembleia Municipal. O ponto foi aprovado com 3 votos a favor e 1 voto contra do sr. Vereador Francisco Cunha que em declaração de voto disse: “Votei contra porque não é razoável ter um período de pouco mais de vinte e quatro horas para analisar o Relatório e as Contas com quatrocentas e oito páginas”. -----

Neste momento foi feito um pequeno intervalo. -----

Ponto 4 - Município de Alpiarça - Acordo de Execução para a Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça na Junta de Freguesia de Alpiarça ao abrigo da alínea e) e f) do n.º 1 do art.º 132º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Remeter à próxima Assembleia Municipal para apreciação e autorização. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha, disse que em relação a este assunto e ao próximo, se iria abster porque a documentação lhe foi entregue apenas ontem e não teve hipóteses de analisar a documentação. -----

----- Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse que não votou este ponto pois a documentação foi-lhe entregue menos de vinte e quatro horas antes da reunião e não lhe foi possível analisá-la de forma correta e séria. -----

Ponto 5 - Município de Alpiarça - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça na Junta de Freguesia de Alpiarça, ao abrigo do art.º 131º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Remeter à próxima Assembleia Municipal para apreciação e autorização. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão. -----

----- Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 6 - Município de Alpiarça – Proposta do Sr. Presidente, Dr. Mário Pereira -Proposta para Adjudicação da “Exploração de Quiosque Amovível, a título precário,

em regime de concessão, de um espaço sito no Parque do Carril, junto ao acesso ao Rio Alpiarçoi, destinado a instalação de um Estabelecimento de Bebidas – Quiosque Bar”. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Vereador Carlos Jorge, que informou que este ponto veio na passada reunião de 21 de Março. Cumpridos todos os trâmites legais, foi proposta a adjudicação à única concorrente, sr.ª Guida Sofia Martins Fernandes Galrinho. O sr. Vereador Francisco Cunha, disse que em relação a este assunto e ao próximo, se iria abster neste e nos restantes pontos, pelas razões já enunciadas anteriormente. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 7 - Município de Alpiarça – Proposta N.º 13/2014 – Sr. Vereador João Pedro Arraiolos - Proposta sobre pedido de parecer de alteração ao orçamento do programa do CLDS+ -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos detentor do pelouro. No uso da palavra este vereador informou que sendo a Câmara de Alpiarça uma das entidades signatárias do programa CLDS+ de Alpiarça e como é do conhecimento público este programa estava previsto iniciar-se em Agosto de 2013, mas que apenas em 12 de fevereiro de 2014, foi assinado o contrato. Daí que as verbas que estavam destinadas para 2013, tiveram de passar para 2014, no que diz respeito principalmente à aquisição de equipamento, formações e aquisições de seguros, estando discriminadas todas as verbas no documento enviado pelo Programa CLDS+. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha questionou um despacho que estava no documento em que ordenava ao Gabinete de Ação Social que elaborasse parecer favorável para posterior assinatura e envio, perguntando se mesmo que este gabinete achasse que o parecer devia ser negativo, teria de elaborar um parecer positivo. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos explicou que após analisar a documentação, solicitou que o Gabinete de Ação Social elaborasse uma proposta sua, com parecer favorável à pretensão do CLDS+ de Alpiarça, que está hoje aqui a ser discutida e votada pelo Executivo. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 8 - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 4/2014 do Gabinete de Educação - Regulamento de Funcionamento das Atividades de Animação de Apoio à Família no Pré Escolar (AAAF) e Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo (CAF); ----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, informando que é uma proposta de regulamento que trata sobretudo dos valores a cobrar, valores esses que têm sido os mesmos nos últimos anos. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 9 - Município de Alpiarça – Informação Interna n.º 21/2014 do Gabinete Ação Social. Requerimentos de Auxílios Económicos realizados fora do prazo. 3º Pedido fora do Prazo – Novas situações. Ratificação de despacho do sr. Presidente da Câmara. -----

----- O sr. Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, informando que se trata da proposta de integração de algumas crianças nos auxílios económicos para este ano ainda, dando a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos, que explicou que é uma situação que já vem aqui habitualmente e que visa permitir que alterações que surgem durante o ano letivo, quer seja por alteração do escalão de rendimento familiar, ou por outra razão, passem a poder dispor de auxílios económicos. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha opinou que quando este assunto vem à discussão do Executivo, os vereadores, embora sob sigilo, deveriam conhecer as pessoas que vão passar a receber auxílios económicos por estarem no escalão A ou B. Isto porque se fala já há muitos anos, que muitas vezes pessoas não necessitadas, em virtude de determinados papéis que arranjam, passam a receber auxílios económicos, quando muitas vezes outras mais necessitadas ficam de fora e não usufruem de nada. O sr. Vereador Cunha afirmou que só sendo conhecedor de todas as situações, poderá votar em consciência, para que situações injustas não aconteçam. -----

----- A Chefe de Divisão, dr.ª Maria do Céu Augusto informou que quem define o escalão não é a Câmara é a Segurança Social e embora a Câmara já tenha denunciado situações de aparente riqueza, os documentos que existem na Segurança Social é que

determinam o escalão. O sr. Vereador Cunha concordou que a Câmara não pode alterar o escalão, mas caso se verifiquem situações de aparente riqueza que gerem injustiças, nós temos o dever de denunciar essas situações. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- Terminado o período da Ordem do Dia, o sr. Presidente da Câmara e porque havia público na sala, deu início ao período do público. -----

PERÍODO DO PÚBLICO

----- A munícipe Maria Gabriela Coutinho no uso da palavra disse que ao ter verificado que estavam a pintar passadeiras junto à Biblioteca Municipal, na rua Dr. Queirós Vaz Guedes, veio a esta reunião solicitar que fosse avivada uma passadeira junto à rua Sacadura Cabral, que entronca com essa mesma rua. Solicitou ainda o arranjo do passeio em calçada à portuguesa, junto ao mesmo entroncamento, cujas pedras se encontram soltas. -----

----- O munícipe Rui Roda apresentou-se como fazendo parte da Assembleia dos 40 maiores contribuintes que integra a Fundação Relvas e veio a esta reunião de câmara no espírito do que foi dito pelo sr. Vereador João Arraiolos. Sendo uma das funções dessa Assembleia fiscalizar o exato cumprimento do que foi instituído em testamento, e uma das coisas que foi instituído em testamento é que o Legado tem encargos de manutenção da Casa dos Patudos e de guarda e o fim de assistência. O munícipe disse que ao ver as contas, considerou a informação dada como insuficiente. O testamento prevê também que aos membros da assembleia dos 40 maiores contribuintes, lhes sejam facultado o exame das contas relativas aos rendimentos gerados e é nessa qualidade que o munícipe se procura situar e intervir, oferecendo-se para cooperar no sentido de obter a informação em falta. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira informou a munícipe Maria Gabriela Coutinho que de facto as passadeiras estão a começar a ser pintadas, tendo-se dado prioridade às zonas das escolas e onde passam crianças, prometendo que em breve será pintada a passadeira em questão, assim como arranjado o passeio. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos passou a responder ao munícipe Rui Roda, dizendo que já teve oportunidade de esclarecer o munícipe Rui Roda sobre muitas das

questões colocadas, opinando que a Câmara Municipal está aberta à colaboração e à cooperação institucional, e a câmara está disponível para colaborar com a Assembleia dos 40 maiores contribuintes, os serviços municipais estão a recolher o maior número de informação nesse sentido e está até agendada uma reunião para o final no sentido de se dar mais um passo com toda a informação que foi recolhida até lá. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----